



NÃO ESPERAR 2022, IR ÀS RUAS JÁ!



Sem perspectivas de controle da pandemia e chegando à marca de meio milhão de mortos pela Covid19, o Brasil vive uma tragédia social que precisa ser barrada. O governo Bolsonaro, que descuida da população, aproveita-se da crise sanitária para fazer avançar sua política neoliberal de destruição das condições de vida dos trabalhadores com reformas que esmagam direitos trabalhistas e ajustes fiscais que atacam os serviços públicos dos quais depende a maioria do povo.

O atual governo age para nos matar: defendeu a imunização de “rebanho”, cujo efeito é devastador; principalmente para os mais pobres; cortou gastos com a Saúde Pública; não deu condições para os trabalhadores fazerem o isolamento social, cortando e, depois, reduzindo o insuficiente auxílio emergencial; retardou a aquisição de vacinas; divulgou medicamentos sem efetividade contra a Covid-19 e incentiva atitudes negacionistas.

Enquanto joga milhões de brasileiros na pobreza e na extrema pobreza, o governo mantém o teto de gastos públicos e garante o pagamento de juros da fraudulenta dívida pública. Nesse momento, além das privatizações das estatais, os governistas agem para aprovar a Reforma Administrativa, PEC 32, que

prevê retirar direitos históricos dos servidores e reforçar a prática do apadrinhamento político nas instituições públicas. A reforma diminuirá a responsabilidade do Estado em assegurar direitos essenciais à população brasileira, como educação, saúde e segurança públicas.

Esse projeto da burguesia, levado a cabo por Bolsonaro, só será derrotado nas eleições se a classe trabalhadora estiver fortalecida contra ele. A espera por 2022 pode dar espaço para a direita construir uma alternativa eleitoreira à Bolsonaro que manterá a mesma política contra os trabalhadores, ainda que adquira uma aparência progressista. É preciso ganhar as ruas, com mobilizações organizadas pelos partidos de esquerda e pelas entidades de luta dos trabalhadores, seus sindicatos e Centrais, com greves e paralisação da produção.

**19J – Vamos às ruas pelo Fora Bolsonaro
e todo o seu governo!**

Por Vacina no braço e Comida no prato!

Não à PEC 32!

Não às privatizações!

Construir a Greve Geral!



PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS VAI PREJUDICAR TODA A POPULAÇÃO BRASILEIRA



Sem nenhum estudo ou parecer técnico concluído sobre os impactos da privatização dos Correios na economia do País, ou mesmo para a população, o processo de entrega desse patrimônio do povo para a iniciativa privada avança no Congresso e é pautado com urgência pelo Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP).

O estudo prometido pelos entreguistas Bolsonaro e Paulo Guedes não vai aparecer, pois o plano de privatização não precisa de estudo técnico, uma vez que o cerne desse processo é favorecer empresários do setor privado, a exemplo da privatização da Vale do Rio Doce e pelo conjunto de problemas trazidos por ela.

Os Correios fecharam o ano de 2020 com um lucro bilionário. A estatal garante a integração nacional e chega nos lugares em que empresas privadas não terão interesse em chegar, além de ser responsável por vários serviços de interesses públicos. A privatização, que querem votar às pressas no Congresso, vai prejudicar a população, sobretudo a parcela mais humilde que precisa dos serviços públicos.

Privatizar é roubar o patrimônio do povo brasileiro. Diga não à venda dos Correios!

O QUE SIGNIFICA PRIVATIZAR O SERPRO E A DATAPREV



A privatização do SERPRO e da DATAPREV, estatais de tecnologia brasileiras, coloca em risco dados das pessoas físicas, das pessoas jurídicas e do Brasil. Significa abrir mão da soberania nacional.

Estamos falando do armazenamento de: nome, CPF, renda, atividade laboral, histórico judicial e antecedentes criminais, biometria digital e facial, CNPJ, quantidade de produtos vendidos, fornecedores, dados contábeis e fiscais, sócios, movimentação financeira, lucro, imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, compras, Administração Financeira, Comercio Exterior, informações sensíveis do Exército brasileiro.

A decisão do governo Bolsonaro de privatizar essas empresas, entre outras estatais brasileiras, viola, inclusive, a legislação atual, como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e a Lei de Segurança Nacional, pois tratamento de dados para segurança pública, defesa nacional e segurança do Estado não pode ser realizado por entes privados.

Diga NÃO à privatização.

RETORNO PRESENCIAL ÀS AULAS SEM VACINA É CRIME CONTRA A CLASSE TRABALHADORA



A sociedade brasileira precisa se posicionar, lutar contra a aprovação do Projeto de Lei 5595/2020, que transforma Educação Básica e Superior em serviço essencial. Em um momento de avanço descontrolado de contaminação e mortes pelo coronavírus, o retorno presencial às aulas, sem imunização massiva da população, aumentará a catástrofe.

A vacinação dos educadores não garante que as escolas possam ser abertas, uma vez que não impedirá a circulação do vírus. Não há condições sanitárias seguras na rede escolar do país. O PL, além de obrigar ao retorno em situação de pandemia e catástrofe, tira dos trabalhadores da educação o direito à greve, penalizando ainda as lutas por melhores condições de trabalho.

A votação do PL foi mais uma vez adiada no Senado Federal, mas está na mira da aprovação, pois atende aos interesses do empresariado da Educação, preocupado em manter seus lucros.

19J: todos os trabalhadores às ruas!

Não ao PL 5595/2020!

LUTA PELO PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM



Forças reacionárias de partidos como o AVANTE, PODEMOS, PATRIOTAS e CIDADANIA, que atendem ao lobby das empresas privadas de Saúde, vêm manipulando os debates sobre o PL2564 /20, do Piso Nacional e da regulamentação da jornada de trabalho da Enfermagem. Em contraponto, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - SINDBEL realizou uma reunião, no dia 10 de junho, com a presença de entidades e sindicatos, que representam os trabalhadores da enfermagem em Minas Gerais, além das centrais CUT e CONLUTAS. O objetivo é formar uma unidade tática para avançar nessa luta.

Entre as decisões está a construção de um movimento unificado para a paralisação nacional da Enfermagem no dia 30 de junho. Também foi proposta a elaboração de um documento para a categoria, a população e a imprensa, denunciando os falsos negociadores e enfatizando a importância do projeto para a categoria, que enfrenta seu pior momento, contabilizando o maior número entre os mortos do covid 19 enquanto amarga salários de miséria.